

Ambiente. As propostas de mudanças no texto editado pela presidente em maio voltarão a ser discutidas apenas após o recesso, em agosto; se não houver alteração, pouco mais de 25% das Áreas de Preservação Permanente desmatadas poderão ser recuperadas

Comissão aprova MP do Código, mas adia votação das 343 alterações



PLANETA

Marta Salomon
Ricardo Brito
BRASÍLIA

Após seis horas de embates, a comissão mista do Congresso aprovou ontem o texto-base da medida provisória do Código Florestal, editado em maio pela presidente Dilma Rousseff. Foi uma derrota dos ruralistas, que queriam impedir a votação a qualquer custo.

Depois que o texto-base foi aprovado, os parlamentares finalizaram a votação. A sessão foi suspensa sem que a comissão mista encarregada do tema tenha definido grandes mudanças.

As 343 propostas de mudança no documento – essenciais para entender como de fato ficará o novo Código Florestal – serão avaliadas somente depois do recesso parlamentar, em agosto.

Até aqui, está mantida a exigência de recuperação da vegetação às margens de rios entre 5 e 100 metros, dependendo do tamanho da propriedade e da largura das correntes d’água, como prevê a medida provisória do governo e o relatório apresentado pelo senador Luiz Henrique

(PMDB-SC).

O conjunto de regras, que segue intacto por enquanto, permitirá a recuperação de 110 mil quilômetros quadrados de vegetação às margens de rios, segundo estimativas preliminares do Ministério do Meio Ambiente que apontam a recuperação de pouco mais de 25% das áreas de preservação permanente (APPs) já desmatadas no País. A extensão dessas áreas equivale a mais de 40% do território do Estado de São Paulo.

Derrota. Na tarde de ontem, ruralistas e ambientalistas insatisfeitos diziam que bloqueariam a votação. “Na verdade, alguns companheiros queriam marcar uma posição política”, afirmou o presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio, deputado Homero Pereira (PSD-MT).

Segundo Pereira, grande parte dos produtores rurais não terá condições de regularizar suas propriedades com base nas regras negociadas até aqui. “Muita gente ainda vai ficar fora da lei, muitos não terão condições de fazer a recomposição das APPs”, disse, ao defender mudanças no texto que está em discussão.

Outra representante do agronegócio, a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (PSD-TO), disse que, independentemente de novas



DIDA SAMPAIO/AE-12/7/2012

Insatisfação. Para a senadora Kátia Abreu, que representa o agronegócio, cálculo das APPs no Cerrado deve ser alterado

mudanças, a reforma do Código Florestal negociada até aqui já representa um avanço para os produtores rurais. “Não podemos resolver 100% das nossas vontades”, disse.

Um dos pontos em que a senadora pretende mexer trata do cálculo das APPs no Cerrado.

Aliados. Parlamentares da base governista temem que pressões

por novas mudanças no texto impeçam a aprovação da medida provisória de Dilma Rousseff até o dia 8 de outubro, data em que a MP perderá a eficácia.

O texto foi editado pela presidente depois que ela vetou parte da reforma do Código Florestal aprovada pela Câmara, na maior derrota política sofrida pelo governo no atual mandato (*mais informações nesta página*).

“Estou muito preocupado, porque a maioria dos 300 destaques é contra o meio ambiente”, afirmou o senador Jorge Viana (PT-AC), vice-presidente da comissão mista que discute a MP.

Trâmite. Depois de concluída a votação na comissão especial mista do Congresso, o texto da reforma do Código Florestal seguirá mais uma vez para votações nos plenários do Senado e da Câmara.

Por conta do período pré-eleitoral, o número de sessões de votação será reduzido, daí o risco de a medida provisória não ser aprovada a tempo.

VAI VEM NO CONGRESSO

Textos de vários relatores foram votados

● Na Câmara

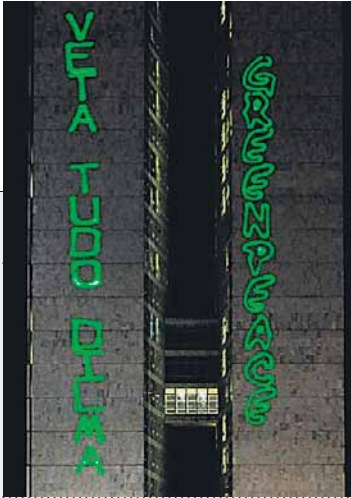
Em maio de 2011 é aprovado texto do relator Aldo Rebelo (PC do B-SP), que libera a ocupação de 420 mil km² de APPs desmatadas até 2008.

● No Senado

A versão aprovada pelo Senado em dezembro desagradou ambientalistas e ruralistas. Concessão foi feita a produtores de camarão em áreas de mangue.

● De volta à Câmara

Após 13 anos de trâmite, Câmara aprova em abril texto que se omite sobre recuperação de mata ciliar de rios com mais de 10 m de largura.



BETO BARATA/AE-8/5/2012

● Medida provisória

Em 25 de maio, às vésperas da Rio+20, a presidente Dilma edita MP com vetos a 12 pontos do texto aprovado pela Câmara e outras 32 modificações.

Amazônia deve sofrer grande extinção de espécies até 2050

Pesquisa avalia o impacto local promovido pela perda de vegetação em 30 anos e aponta que ainda há tempo para agir

Giovana Girardi

As piores consequências do desmatamento sofrido pela Amazônia ao longo de 30 anos ainda estão por vir. Até 2050, poderão ocorrer de 80% a 90% das extinções de espécies de mamíferos, aves e anfíbios esperadas nos locais onde já foi perdida a vegetação. A boa notícia é que temos tempo para agir e evitar que elas de fato desapareçam. Essa é a conclusão de uma pesquisa publicada na edição desta semana da revista *Science*.

● Ameaças

ROBERT EWERS

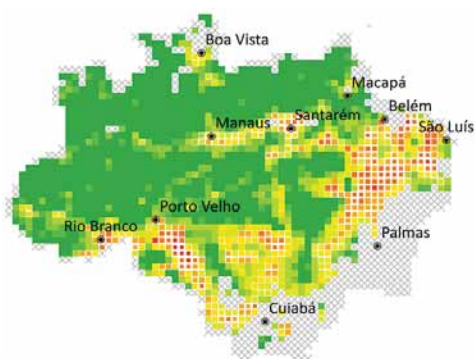
IMPERIAL COLLEGE DE LONDRES

“Quanto maior a expansão de infraestrutura, maior o potencial de desmatamento e de impacto na biodiversidade local. Isso vai fazer com que o débito de extinção de espécies seja pago mais rapidamente e também se feche mais rápido a janela de oportunidade para conservá-las.”

ONDE A AMAZÔNIA ESTÁ ‘DEVENDO’ EXTINÇÕES

● Análise mostra a perda absoluta de espécies localmente (em áreas de 50 km x 50 km), representada pelo tamanho dos quadrados, e o número de espécies que podem ser extintas, representado pelas cores, em 2008 e na previsão para 2050 em dois cenários

2008
Cenário atual



A escala dos quadradinhos

Menores

Onde houve as maiores extinções locais

Perda de até 77 espécies

Vermelhos

Onde estão as maiores dívidas de extinção e onde se espera que ocorram as maiores perdas no futuro se não houver ações para a conservação

Maiores e vermelhos

Ainda estão intactos, mas estão em perigo e são os locais onde é possível alcançar os maiores ganhos com ações de conservação

2050 GOV

Cenário com governança

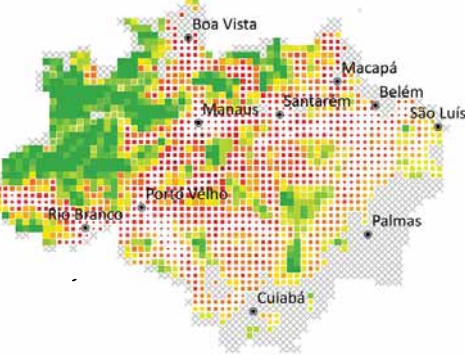
Se for mantido o padrão atual de ações de combate ao desmatamento



2050 BAU

Cenário de “business as usual”

Avanço do desmatamento sem nenhuma ação de controle



Número de espécies que podem ser extintas 0 1 2 4 9 15 23 35 54 84 156

× Dados insuficientes

FONTES: OLIVER R. WEARN, DANIEL C. REUMAN, ROBERT M. EWERS / SCIENCE

INFOGRÁFICO/AE

tos locais. Uma espécie pode deixar de ocorrer em uma dada área, mas isso não significa que ela desapareceu por completo.

Tanto que a literatura ainda não aponta a extinção de nenhuma espécie na Amazônia, explica o ecólogo Robert Ewers, do Imperial College, de Londres, que liderou o estudo. “Uma razão para isso é que o desmatamento se concentrou no sul e no leste na Amazônia, enquanto a mais alta diversidade de espécies se encontra no oeste da região. Mas não há dúvida de que muitas estão

localmente extintas onde o desmatamento foi mais pesado.”

Na pior hipótese, a do “business as usual”, considera-se a continuidade do modelo da expansão da agricultura; na melhor, que o desmatamento zere até 2020. Os pesquisadores propõem, no entanto, que o cenário mais realista é o que considera a permanência da governança, ou seja, das ações governamentais que levaram à queda do desmatamento nos últimos anos.

Mas, mesmo nessa situação, é de se esperar que espécies su-

mam. Em 2050, os pesquisadores estimam que localmente (nos quadros de 50 km²) podem desaparecer de 6 a 12 espécies de mamíferos, aves e anfíbios em média; enquanto de 12 a 19 podem entrar na conta do que pode ser extinto nos anos seguintes.

Eles reforçam que isso ainda não ocorreu e defendem que ações que aumentem as unidades de conservação e promovam a restauração de áreas degradadas têm potencial de evitar o danos. Os mapas mostram em quais áreas esse esforço poderia

promover mais benefícios.

Em outro artigo na *Science* que comenta o trabalho, Thiago Rangel, da Universidade Federal de Goiás, pondera que a conjuntura atual é incerta. “O governo vai investir pesado em infraestrutura, estão previstas 22 hidrelétricas de grande porte, estão sendo reduzidas as unidades de conservação e o Código Florestal vai ficar mais frouxo. A trajetória dos dez anos que passaram dava uma sinalização otimista, mas são os próximos dez anos que vão dizer o que vai acontecer.”